



## II PACTO PELA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

As peculiaridades do Arquipélago do Marajó, notadamente no que se refere às suas especificidades geográficas, climáticas, culturais e econômicas, e a enorme desigualdade que se reflete em baixíssimos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), evidenciam a importância de ações articuladas nos níveis federal, estadual e municipal, com a finalidade não apenas de impulsionar mudanças voltadas à garantia dos direitos de todos que vivem naquela região, mas também de lhes garantir um futuro com mais oportunidades.

Diante desse cenário, o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) iniciou em 2021, sob a coordenação do Conselheiro Cezar Leão Colares, Relator das Contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, o projeto "Fortalecimento da Educação dos Municípios do Pará - Etapa Marajó". No decorrer do projeto, a equipe técnica do TCMPA percorreu todos os municípios do Marajó para levantamento *in loco* da realidade da rede municipal de ensino.

Em junho de 2022 foram divulgados os 17 relatórios municipais e um relatório consolidado do Marajó apontando os desafios encontrados na educação. Na ocasião, para apoiar os gestores municipais na construção das soluções para mudar essa realidade, foi criado o Gabinete de Articulação pela Efetividade da Política da Educação no Arquipélago do Marajó (Gaepe Arquipélago do Marajó), governança idealizada pelo Instituto Articule e realizada em parceria com Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), que além do Marajó está presente em quatro estados (Rondônia, Goiás, Mato Grosso e Piauí) e em âmbito nacional (Gaepe Brasil).

Desde sua criação, o Gaepe Arquipélago do Marajó tem atuado para enfrentar os desafios históricos e estruturais da educação na região. Um marco importante foi o I Fórum Gaepe Arquipélago Marajó: Uma Agenda Comum pela Transformação do Marajó, no qual foi firmado Pacto pela Transformação Educacional no Marajó com 16 compromissos estratégicos para o fortalecimento da educação local.

Com base nesses compromissos, foram intensificadas ações como a Busca Ativa Escolar, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que, em 2024, garantiu a matrícula de mais de 5.000 estudantes, e criado o Grupo de trabalho de Conectividade, coordenado pelo Ministério da Educação, com a participação do Ministério das Comunicações e do Ministério de Minas e Energia, para priorizar a eletrificação e a conectividade nas escolas do arquipélago.

Outra importante ação concebida foi a realização da primeira fase do Projeto FNDE Chegando Junto, criado com o objetivo de levar, de forma integrada, intensiva e prioritária, todos os programas e ações desenvolvidos pela autarquia federal na região do Marajó.

Em articulação com o Ministério da Educação e o Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará (UFPA), foi concebido um curso de formação continuada para professores de turmas multisseriadas, cuja solenidade de abertura ocorreu no primeiro dia do II Fórum.

Em parceria com o Habitat para a Humanidade Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), foi dada continuidade ao projeto de saneamento básico nas escolas. Essas ações integradas e contínuas refletem o comprometimento do Gaepe Arquipélago do Marajó com uma transformação profunda da educação marajoara, consolidando uma base sólida para um sistema educacional inclusivo e de qualidade, adaptado às necessidades e especificidades locais.



Nesse sentido, o II Fórum Gaepe Arquipélago do Marajó surge como uma iniciativa para reforçar e expandir os compromissos assumidos no I Fórum, consolidando a atuação dos diversos atores envolvidos na transformação do Marajó por meio da educação.

Este II Fórum reforça a educação como o principal motor de transformação social e econômica da região, com ações coordenadas que contemplem a construção de uma educação pública de qualidade para todos, desde a educação infantil até o ensino médio.

Em face disso, e com base nas propostas e discussões ocorridas nos dois dias de realização do II Fórum Gaepe Arquipélago do Marajó, foram definidos os seguintes compromissos:

1. Envidar esforços para a continuidade do Gaepe Arquipélago do Marajó, com o fortalecimento da governança e ampliação dos atores institucionais necessários para a superação dos desafios da educação na região.
2. A SEDUC-PA continuará dedicando esforços para ampliar o atendimento na Educação Infantil por meio do projeto "Creches por Todo Pará", melhorar o transporte escolar em regiões afastadas, fortalecer a alimentação escolar com produtos da agricultura familiar regionalizada e intensificar o regime de colaboração com os municípios nas ações de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental pelo programa "Alfabetiza Pará".
3. Garantir que as decisões a respeito de políticas educacionais sejam definidas e implementadas com base em dados e evidências, sem interferência externa.
4. Fomentar que os(as) gestores(as) municipais utilizem critérios técnicos de mérito e desempenho na seleção de gestores escolares, conforme exigido pela Lei nº 14.113/2020 (FUNDEB), para que os municípios se habilitem a receber a complementação do VAAR.
5. Promover o cumprimento, pelos municípios marajoaras, das condicionalidades para a habilitação ao recebimento da complementação do VAAR.
6. Apoiar os(as) secretários(as) de educação no desenvolvimento de sua capacidade de gestão e autonomia para a elaboração e implementação de políticas educacionais.
7. O FNDE continuará prestando assistência técnica na região do Arquipélago do Marajó, com foco na ampliação e adesão aos programas e ações educacionais.
8. O FNDE atuará junto com o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Norte (CECAMPE-Norte), ligado à Universidade Federal do Pará (UFPA), no apoio aos municípios para a regularização dos conselhos escolares.
9. O FNDE envidará esforços para a revisão do custo da alimentação escolar, considerando as particularidades logísticas da região.
10. A Habitat para a Humanidade Brasil continuará contribuindo com a implementação de tecnologias sociais de acesso ao saneamento básico nas escolas do Arquipélago do Marajó.
11. Dar continuidade à articulação para o processo de inclusão das populações ribeirinhas como uma localização diferenciada no Censo Escolar.
12. O Ministério da Educação apoiará os municípios marajoaras na elaboração dos seus Planos Municipais de Educação.



13. Envidar esforços para que o governo federal reconheça o custo amazônico marajoara na elaboração e implementação das políticas públicas educacionais, considerando as especificidades geográficas e socioeconômicas da região.
  14. O Ministério da Educação continuará atuando junto à ANATEL para que o Marajó seja priorizado na destinação dos recursos para o incremento da conectividade das escolas previstas no edital de implementação do 5G.
  15. O Ministério da Educação continuará, em diálogo com os municípios marajoaras, envidando esforços para a ampliação e melhoria da cobertura da internet nas escolas da região, tanto pela EACE (5G) quanto pelo Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC).
  16. O Ministério de Minas e Energia continuará, em diálogo com os municípios marajoaras e com a concessionária Equatorial Energia Pará, envidando esforços para intensificar a implementação da cobertura de energia elétrica nas escolas da região, buscando antecipar o cumprimento do cronograma do Programa Luz para Todos.
  17. O Ministério de Minas e Energia envidará esforços para incluir, no cronograma de atendimento do Programa Luz para Todos, ações para levar energia elétrica aos postos comunitários de abastecimento de escolas, bem como às instalações de distribuição de água potável.
  18. Fomentar a valorização dos professores, a partir de arranjo de parceria com o Ministério da Educação, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e outras instituições de ensino, para a oferta de formação continuada de professores em turmas multisseriadas dos municípios do Marajó.
  19. Os municípios se mobilizarão para alcançar as metas do Selo UNICEF estabelecidas para o ciclo 2025 – 2028.
  20. Os municípios comprometem-se a realizar as atividades propostas pelo Selo UNICEF, especialmente “Curso de Formação” e “Semana D pela Educação”, no período definido para a próxima edição 2025 – 2028.
-